

# Perfil dos Delegados da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal



**codeplan**  
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

SEPLAN



# **Perfil dos Delegados da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal**

Brasília  
Dezembro, 2013

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan  
SAM – Projeção H  
Ed. Sede CODEPLAN  
CEP: 70620-000 - Brasília-DF  
Fone: (0xx61) 3342-2222  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
[codeplan@codeplan.df.gov.br](mailto:codeplan@codeplan.df.gov.br)

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Agnelo Queiroz – Governador

Nelson Tadeu Filippelli – Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL**

Paulo Antenor de Oliveira – Secretário de Estado

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**

Júlio Miragaya – Presidente

**DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS**

Júlio Flávio Gameiro Miragaya – respondendo pela diretoria

**DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS**

Oswaldo Russo de Azevedo – Diretor

**DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS**

Wilson Ferreira de Lima – Diretor

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Salviano Antônio Guimarães Borges – Diretor

**SECRETARIA GERAL**

Edivan Batista Carvalho – Secretário Geral

**DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS**

Oswaldo Russo – Diretor

**Coordenação Geral**

Lidia Cristina Silva Barbosa

**Equipe Técnica**

Danielle Oliveira Valverde

Tatiana Farias Moreira

Ana Carolina Narciso (Estagiária)

**Colaboração**

Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF

Marlene de Fátima Azevedo Silva – Vice-presidente do CAS/DF

## Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Introdução</b> .....  | <b>8</b>  |
| <b>Descrição do perfil dos delegados da X Conferência Distrital de Assistência Social</b> ....       | <b>10</b> |
| Faixa Etária .....   | 11        |
| Sexo .....   | 11        |
| Raça/Cor .....   | 12        |
| Faixa Etária .....   | 12        |
| Estado Civil .....   | 13        |
| Escolaridade .....   | 13        |
| Ocupação .....   | 14        |
| <b>Perfil de Representação</b> .....   | <b>13</b> |
| Segmento .....   | 13        |
| Região Administrativa .....  | 14        |
| Participação Social em Outras Conferências.....  | 15        |
| Participação Social em Outras Esferas .....  | 15        |
| Frequência de Participação Social.....   | 16        |
| <b>Avaliação das deliberações das Conferências de Assistência Social</b> .....                       | <b>17</b> |
| Impactos na comunidade .....   | 17        |
| Acompanhamento.....  | 18        |
| <b>Avaliação e participação no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF)</b> ..... | <b>19</b> |
| Conhecimento sobre o CAS/DF .....  | 19        |
| Frequência de participação no CAS/DF .....   | 20        |
| Avaliação da atuação do CAS/DF.....  | 21        |
| <b>Considerações finais</b> .....  | <b>22</b> |
| <b>Referências Bibliográficas</b> .....  | <b>24</b> |

## Gráficos e Figuras

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 - Faixa etária dos delegados .....  | 10 |
| Gráfico 2 - Sexo dos delegados.....   | 11 |
| Gráfico 3 - Raça e/ou cor dos delegados .....   | 11 |
| Gráfico 4 - Estado civil dos delegados .....  | 12 |
| Gráfico 5 - Escolaridade dos delegados .....  | 12 |
| Gráfico 6 - Ocupação dos delegados .....  | 13 |
| Gráfico 7 - Representação dos delegados .....   | 14 |
| Figura 1 - Região Administrativa dos delegados.....   | 14 |
| Gráfico 8 - Participação em conferências .....  | 15 |
| Gráfico 9 - Participação em organizações sociais .....  | 16 |
| Gráfico 10 - Frequência mensal a reuniões/encontros das organizações .....                        | 16 |
| Gráfico 11 Instancia de participação Social.....  | 17 |
| Gráfico 12 - Impacto das deliberações da conferência nas comunidades.....                         | 18 |
| Gráfico 13 - Forma de acompanhamento das resoluções das conferências .....                        | 19 |
| Gráfico 14- Conhecimentos sobre o Conselho de Assistência Social do DF .....                      | 19 |
| Gráfico 15 - Frequência com que vai à reuniões do Conselho de Assistência Social do DF.....       | 20 |
| Gráfico 16 - Frequência de participação nas reuniões do Conselho de Assistência Social do DF..... | 20 |
| Gráfico 17 - Avaliação da atuação do conselho .....   | 21 |
| Gráfico 18 - Avaliação da atuação do conselho por categoria de representação .....                | 22 |

## Introdução

A participação social no Brasil passou por um processo de transformação a partir de fins da década de 1970 e início de 1980, com o ressurgimento de novos movimentos sociais. O período da transição democrática foi marcado pela reinvenção de lutas sociais, que envolveram diferentes grupos mobilizados em torno da defesa dos mais diferentes interesses e direitos sociais.

A Constituição Federal de 1988 é um marco nesse processo de redemocratização e, por isso, além de reconhecer direitos sociais como o direito à assistência social, evidencia a participação da sociedade civil na gestão pública como peça chave na consecução de políticas públicas. Nos capítulos, em especial, sobre a Seguridade Social, a Saúde e Assistência Social explicita-se que a gestão dessas políticas será realizada com a participação de atores sociais – comunidade, trabalhadores, aposentados e demais envolvidos.

Dentre os mecanismos de efetivação da articulação entre sociedade civil e Estado encontram-se os conselhos de direitos e políticas públicas e as conferências. Ambos caracterizam-se pela atuação de representantes da sociedade civil e de governos. Os conselhos de políticas públicas são instâncias permanentes, de caráter colegiado e deliberativo, com composição paritária entre governo e sociedade civil, geralmente vinculados ao órgão da administração pública responsável por determinada política, e cujo objetivo é acompanhar sua execução.

As conferências são mecanismos mais amplos de participação, que congregam uma heterogeneidade de lideranças e cujos objetivos podem variar conforme a etapa do ciclo de gestão da política pública. Assim, podem ser convocadas para propor novas diretrizes, ações e metas ou para avaliar os programas e projetos em andamento. De um modo geral, as conferências são organizadas em torno de um tema principal e são convocadas por órgãos do governo federal, na maioria das vezes, em articulação com os respectivos conselhos. No entanto, é possível a convocação de conferências conjuntas por órgãos que tratem de temas transversais.

No Brasil, as primeiras conferências nacionais datam de 1941, mas apenas com a Constituição Cidadã houve, de fato, a sua institucionalização e a partir do início do século XXI elas se consolidaram em espaços efetivos de participação social. Em recente estudo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apurou que de 1941 a 2002 foram realizadas 41 conferências e no intervalo de 2003 a 2012 realizou-se mais do que o dobro, chegando a 87 conferências nacionais.

Considerando a dimensão continental do país, a realização de conferências nacionais demanda uma grande mobilização que compreende a organização de etapas estaduais, municipais e distrital. No âmbito local, são definidas e votadas as deliberações para serem discutidas na etapa nacional e, ainda, são eleitos os(as) delegados(as) que representarão os vários segmentos da sociedade civil e do governo. Nesse sentido, De Souza (2012) ressalta a importância de a lógica estatal de organização não ser imposta à sociedade, de modo que se respeitem as formas de organização social e se incentivem encontros e articulações livres, ou seja, que não tenham o envolvimento direto da comissão organizadora da conferência.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a competência de convocar a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social. Esta competência segue a II Diretriz prevista na Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004, de garantir a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. A partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado em 2005, o princípio da democratização e a diretriz da descentralização, presentes na Constituição



Federal de 1988, na LOAS e na PNAS se concretizam. Eles fortaleceram as instâncias de articulação, de pactuação e de deliberação, por meio de espaços de participação aberta, com função propositiva no nível federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tais como: conselhos; união de conselhos; fóruns estaduais, regionais ou municipais e associações comunitárias.

Seguindo as diretrizes de democratização e descentralização, previstas pela política, desde 1995 foram realizadas nove conferências nacionais, sendo a última em 2013, sob o tema central "A gestão e o financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)". No Distrito Federal, com base na Portaria nº 1 de dezembro de 2012, por meio da qual o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal convocou a X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal. Assim, iniciou-se no segundo semestre de 2013 um minucioso processo de mobilização e organização de debates e discussões preparatórias para incidência na Conferência Distrital e na Nacional. A Resolução nº 36 de junho de 2013, de autoria do referido Conselho, aprovou o regulamento das Conferências Regionais e da X Conferência do Distrito Federal.

O normativo em questão dispôs, entre outros, sobre a organização de 15 Conferências Regionais com representações das 31 Regiões Administrativas (RAs) que compõem o DF, todas realizadas no período de julho a setembro de 2013. O Conselho de Assistência Social previu a necessidade de eleger 456 delegados entre as 15 conferências regionais, entre os segmentos governo, entidade, trabalhador e usuário. Nestas Conferências foram eleitos 451 delegados, além de seus suplentes, responsáveis por representar o governo, usuários, trabalhadores e entidades/organizações da assistência social na X Conferência Distrital de Assistência Social. Foram também alisados os avanços da política de Assistência Social no âmbito local, e votadas 242 propostas para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no DF.

O número de vagas para delegados eleitos por Região Administrativa foi determinado considerando-se a proporção populacional com base nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra e Domicílios (PDAD) de 2011. Conforme o parágrafo único do Art. 20 da Resolução nº 36, entre os delegados da sociedade civil, deveria ser assegurada a participação de pelo menos 1/3 de beneficiários e usuários dos programas, projetos, serviços e benefícios sócio assistenciais.

De um modo geral, nas conferências, há categorias de participantes, que se diferenciam pelo tipo de ator social que estão representando. Na X Conferência Distrital, participaram delegados, que poderiam representar a sociedade civil ou governo, convidados e observadores. Destaca-se que neste caso compreende-se como sociedade civil os dirigentes ou representantes das entidades/organizações da assistência social; trabalhadores que atuam na política e os usuários ou beneficiários dos programas e serviços. Entre os participantes, apenas delegados têm o direito a voz e voto, motivo pelo qual o seu profundo conhecimento da política em foco é fundamental para garantir uma participação mais qualificada em todo o processo.

Nesse contexto, foi realizada, entre 17 e 20 de outubro de 2013, a X Conferência Distrital de Assistência Social, cujo tema foi "A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS". O seu principal objetivo consistiu em reunir representantes do governo, sociedade civil e trabalhadores para discutir os avanços da política de assistência no Distrito Federal e as atuais demandas para o seu aperfeiçoamento.

Na oportunidade, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), por intermédio da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS), realizou uma pesquisa de caráter exploratório para identificar o perfil dos delegados e delegadas da Conferência, de modo a verificar a trajetória de participação social dessas pessoas não apenas na área da assistência, mas em outras instâncias da sociedade civil organizada.

No dia 18 de outubro, início das discussões e debates na Conferência, foram contabilizados 339 delegados credenciados. Desse universo, a equipe da Codeplan, formada por quatro aplicadoras e utilizando instrumental próprio, entrevistou 150 delegados. O estudo foi exploratório e alcançou 44% dos

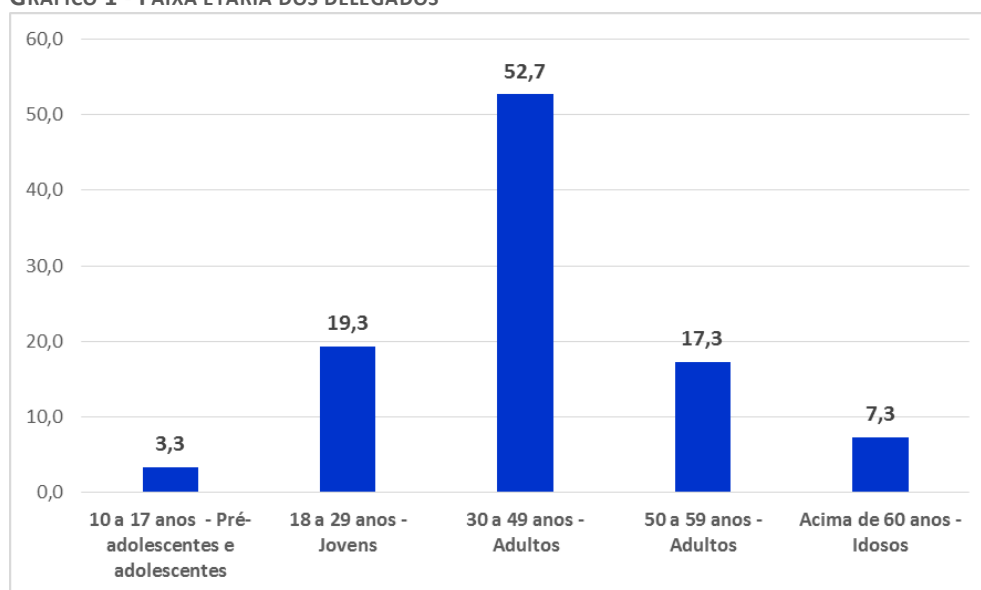
delegados credenciados naquela data. Para chegar ao quantitativo de delegados a serem entrevistados, os pesquisadores utilizaram como referência uma amostra aleatória simples com intervalo de confiança de 99% e margem de erro de 10%. Por este cálculo amostral deveriam ser entrevistados um quantitativo mínimo de 112 delegados. Os resultados apurados e analisados serão apresentados a seguir.

## Descrição do perfil dos delegados da X Conferência Distrital de Assistência Social

### Faixa Etária

A maioria dos delegados entrevistados (52,7%) encontrava-se na faixa etária de 30 a 49 anos. Destaca-se, porém o percentual de adolescentes e jovens delegados, que chegou a 22,3%. Nesse grupo, havia também a participação de uma pessoa de 12 anos, uma de 15 anos, duas de 16 anos e 1 de 17 anos e adolescentes de 10 a 17 anos. A presença de delegados nessa faixa etária de idade mais tenra surpreendeu positivamente, pois demonstra a preocupação da política em estimular o protagonismo social dos jovens, além de ser uma evidência de que se conseguiu, de fato, garantir a representatividade de usuários e beneficiários dos serviços e programas (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 - FAIXA ETÁRIA DOS DELEGADOS

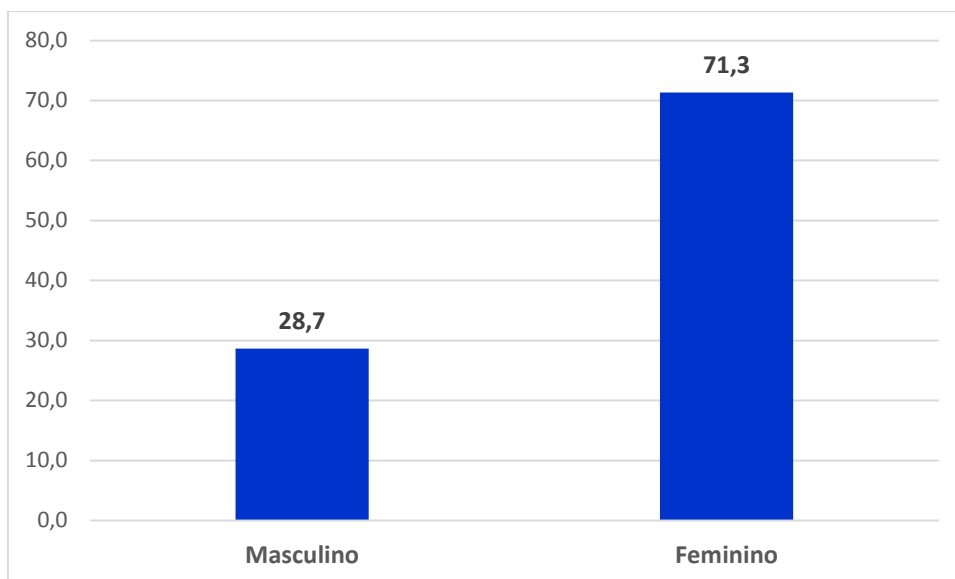


FONTE: Codeplan

### Sexo

Com relação ao sexo dos entrevistados, apurou-se que a maioria dos delegados era composta por mulheres, alcançando um percentual de 71,3%. Esse dado confirma a tendência histórica de maior envolvimento político e participação da mulher em áreas como a assistência social, educação e saúde, quadro que vem gradualmente sendo modificado. (Gráfico 2)

GRÁFICO 2 - SEXO DOS DELEGADOS

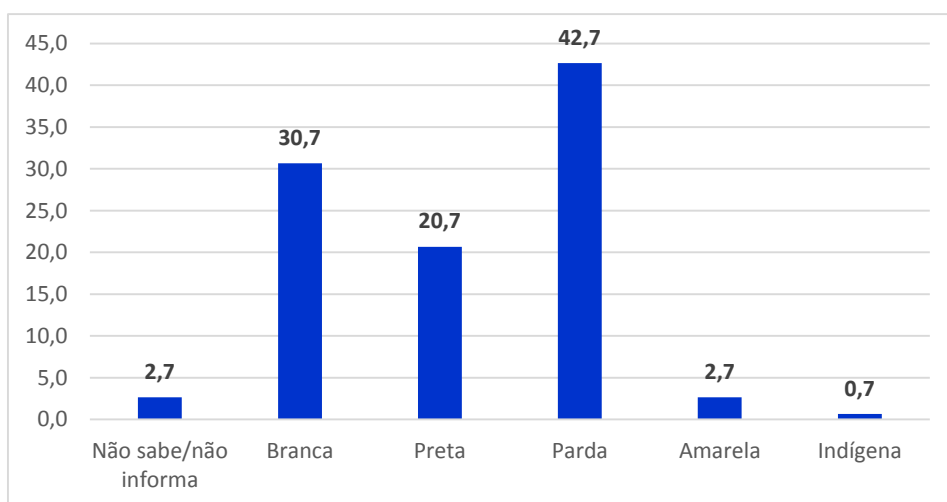


FONTE: Codeplan

### Raça/Cor

Em relação à variável raça/cor, 42,7% dos delegados entrevistados se identificaram como pardos, 20,7% informaram ser pretos e 30,7% relataram ser brancos. Em relação à população total do Distrito Federal, entre os delegados da conferência existia uma presença maior de população negra (pretos e pardos) chegando a 63,3%, conforme ilustra o Gráfico 3, enquanto para o DF, segundo dados da PNAD 2012 o total de negros era de 58,7%.

GRÁFICO 3 - RAÇA E/OU COR DOS DELEGADOS

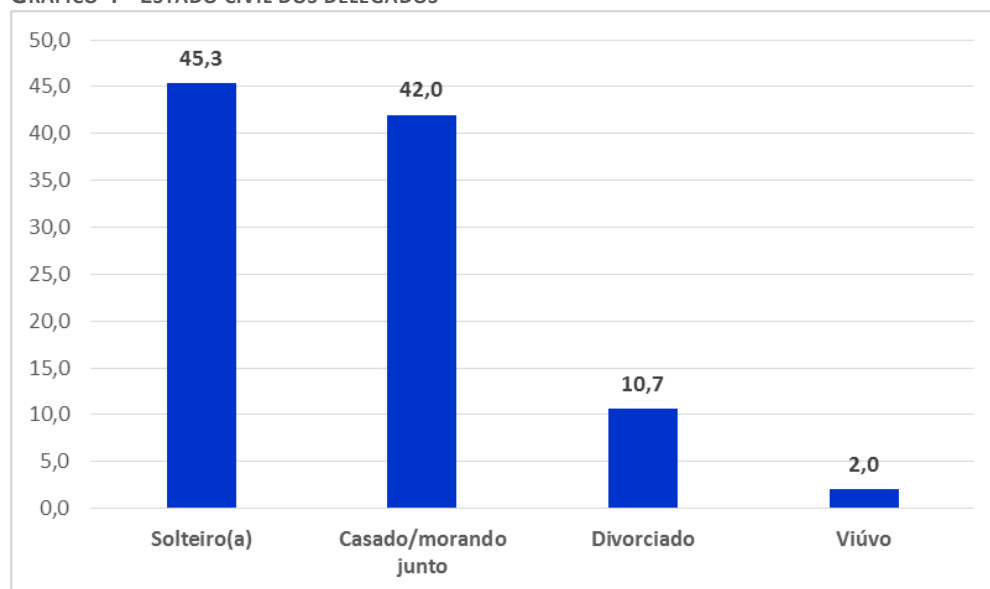


FONTE: Codeplan

## Estado Civil

O Gráfico 4 traz informações sobre o estado civil dos delegados entrevistados. Observa-se semelhança entre o percentual dos delegados solteiros (45,3%) e daqueles casados ou morando junto a seus parceiros (42%). Outros 10,7% afirmaram ser divorciados e 2,0% ser viúvos.

**GRÁFICO 4 - ESTADO CIVIL DOS DELEGADOS**

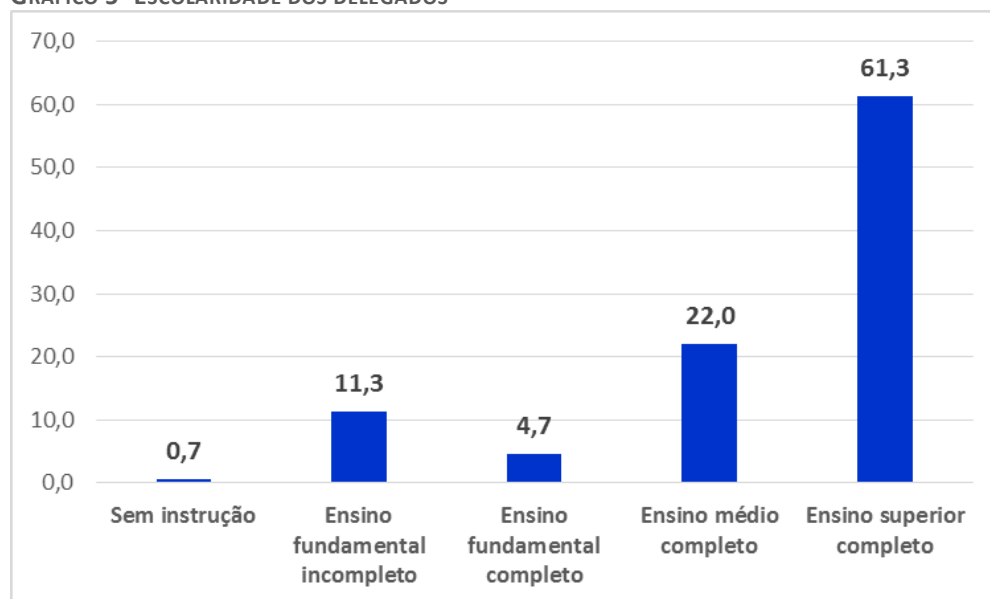


FONTE: Codeplan

## Escolaridade

Os delegados entrevistados na Conferência possuíam escolaridade bem superior à da população brasileira. Entre os delegados entrevistados 61% possuíam o ensino superior completo, já em relação à população brasileira, de acordo com os dados do Censo Demográfico IBGE 2010, apenas 9,3% da população (com 15 anos ou mais) possuía nível superior completo. Deste modo, mais de 80% dos entrevistados possuíam pelo menos ensino médio completo, e somente 0,7% dos entrevistados não possuíam instrução (Gráfico 5).

**GRÁFICO 5- ESCOLARIDADE DOS DELEGADOS**

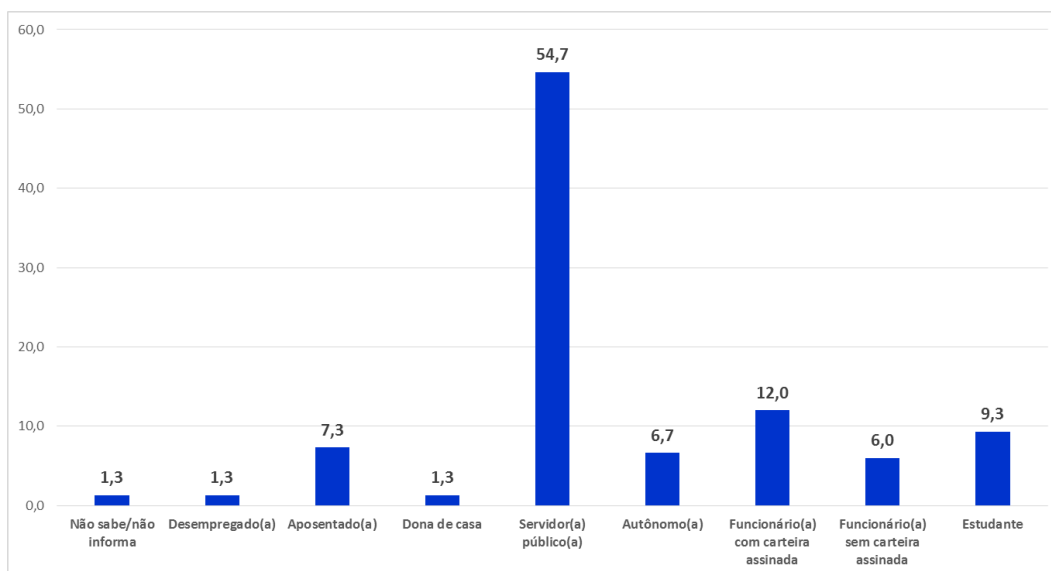


FONTE: Codeplan

## Ocupação

O Gráfico 6 a seguir apresenta o perfil de ocupação dos delegados entrevistados na Conferência. A maioria (54,7%) era composta por servidores públicos. O segundo maior percentual (12%) foi de funcionários com carteira assinada, seguidos pelos delegados estudantes (9,3%), e aposentados (7,3%). Foi baixo o percentual de desempregados e de donas de casa, ambos com apenas 1,3%.

**GRÁFICO 6 - OCUPAÇÃO DOS DELEGADOS**



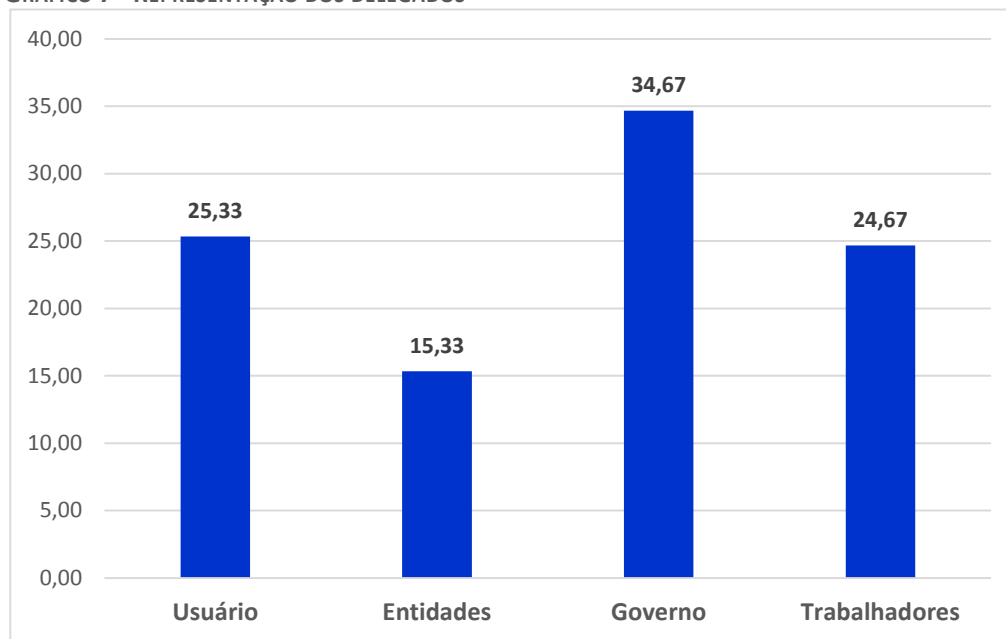
FONTE: Codeplan

## Perfil de Representação

### Segmento

Com relação ao segmento a que estavam representando, os delegados da Conferência dividiam-se em representantes do governo, dos usuários, de entidades e dos trabalhadores. Os dados coletados demonstram um relativo equilíbrio de representação entre as quatro categorias. Destaca-se a presença maior de delegados do governo, com 34,7% dos entrevistados, seguido pelos delegados representantes dos usuários, 25,3%. Os dados demonstram o esforço do governo em garantir a participação dos usuários da política nas deliberações da X Conferência, sendo este o segundo maior grupo de representação.

GRÁFICO 7 - REPRESENTAÇÃO DOS DELEGADOS

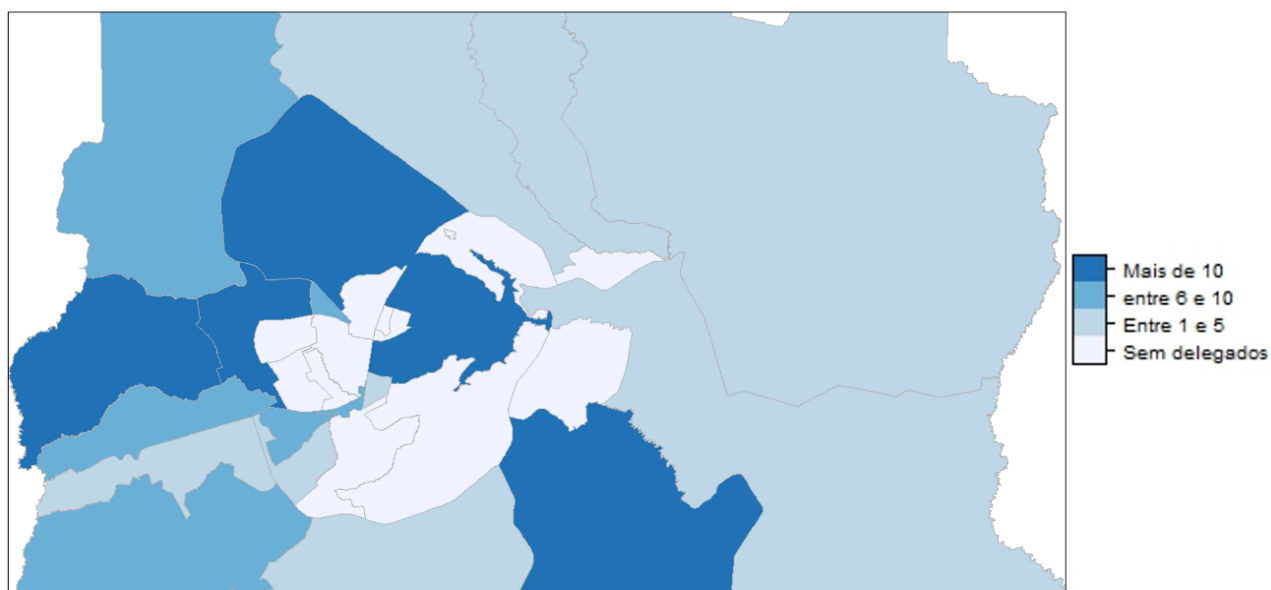


FONTE: Codeplan

### Região Administrativa

Os delegados entrevistados representavam 25 das 31 Regiões Administrativas do Distrito Federal. As RAs com maior representatividade foram: Taguatinga, Brasília, Gama, Brazlândia, Ceilândia e São Sebastião, estas tiveram mais de 10 delegados presentes na X Conferência, destacando-se Taguatinga, que esteve representada por 16 delegados. Entre as RAs com o menor número de representantes encontravam-se Guará, Varjão, Sobradinho II e Itapoã, com apenas um delegado cada.

FIGURA 1 - REGIÃO ADMINISTRATIVA DOS DELEGADOS



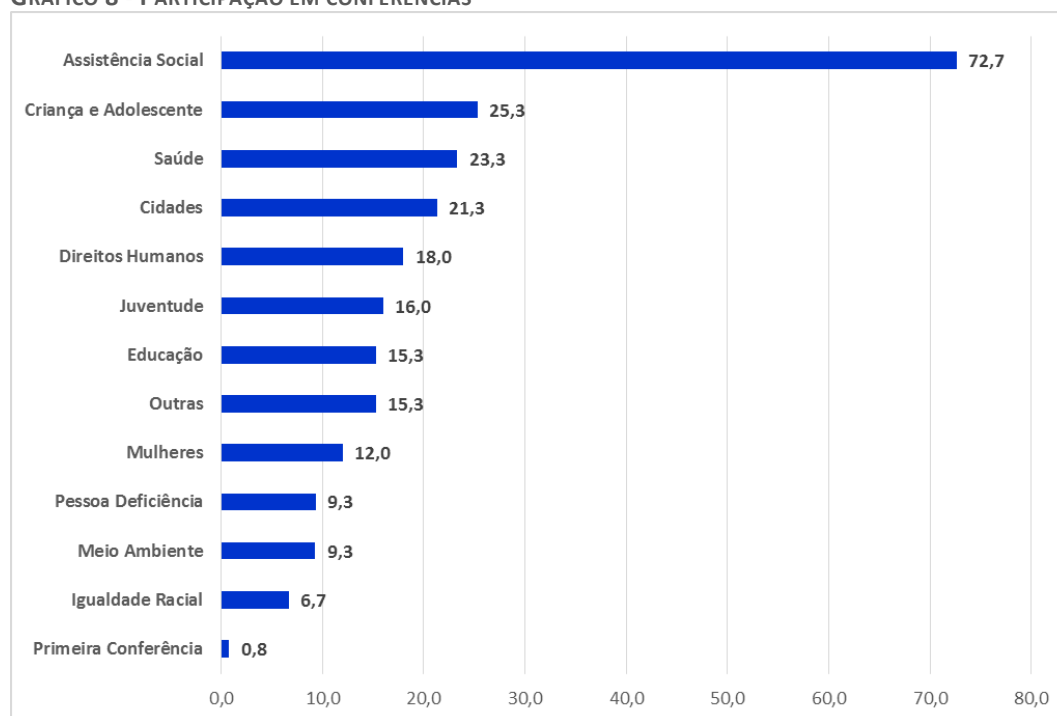
FONTE: Codeplan

## Participação Social em Outras Conferências

Sobre o perfil de participação social dos delegados entrevistados, é importante destacar, que quase a totalidade (99%) já havia participado de outras conferências em diversas áreas temáticas. Mais de 70% dos entrevistados já haviam participado de Conferências de Assistência Social, 25,3% de Conferências da Criança e Adolescente e 23,3% de Conferências de Saúde.

Com um menor percentual de participações anteriores estavam as Conferências de Meio Ambiente e Pessoa com Deficiência, cada uma com 9,3%, e a de Igualdade Racial com 6,7%. Em média, os entrevistados relataram participar de 2,5 conferências de outras áreas temáticas.

**GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS**

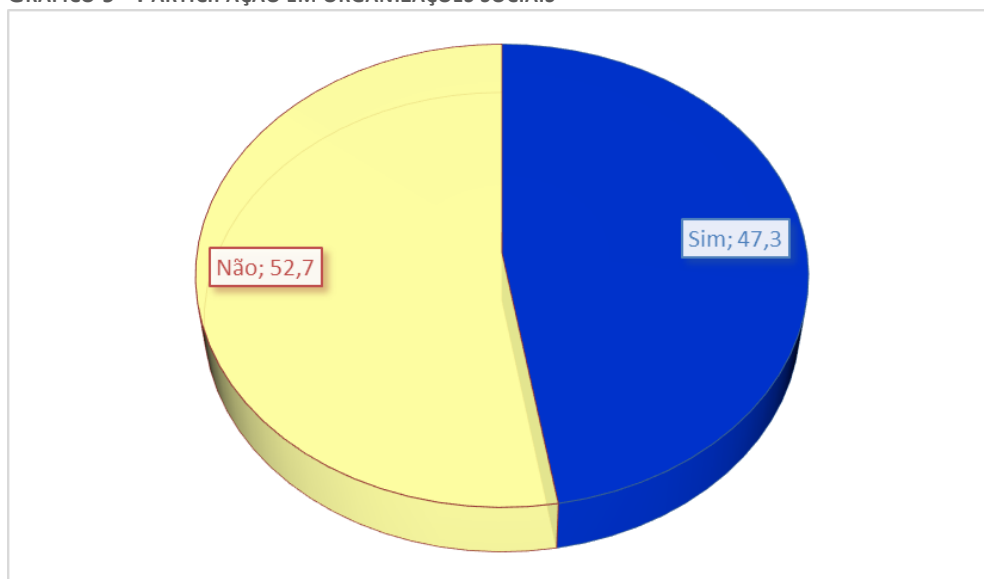


FONTE: Codeplan

## Participação Social em Outras Esferas

Em relação à participação dos entrevistados em associações, partidos políticos ou movimentos sociais, verificou-se que pouco menos da metade (47,3%) participava de algum tipo de organização social. Esse percentual de participação se mantém constante, em aproximadamente 50%, em todas as categorias de representação (usuários, entidades, trabalhadores e usuários).

GRÁFICO 9 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

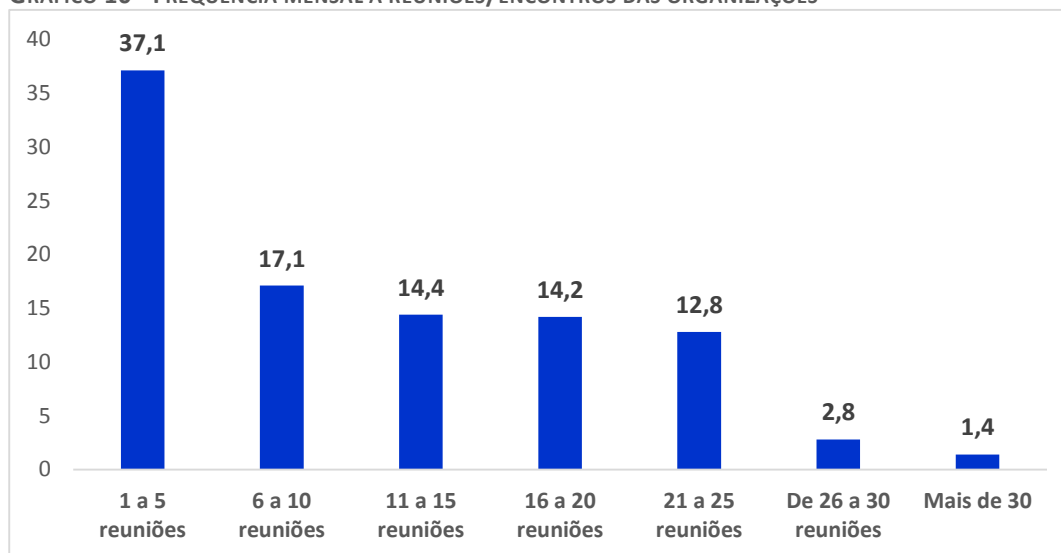


FONTE: Codeplan

### Frequência de Participação Social

Quando questionados sobre a frequência de participação em reuniões de associações, movimentos sociais e/ou partidos políticos, os delegados entrevistados indicaram, em sua maioria (37,1%), participar de 1 a 5 reuniões mensais. Vale destacar, no entanto que, somados, 62,7% chegam a participar de mais de 5 reuniões por mês, o que denota um alto padrão de participação social.

GRÁFICO 10 - FREQUÊNCIA MENSAL A REUNIÕES/ENCONTROS DAS ORGANIZAÇÕES

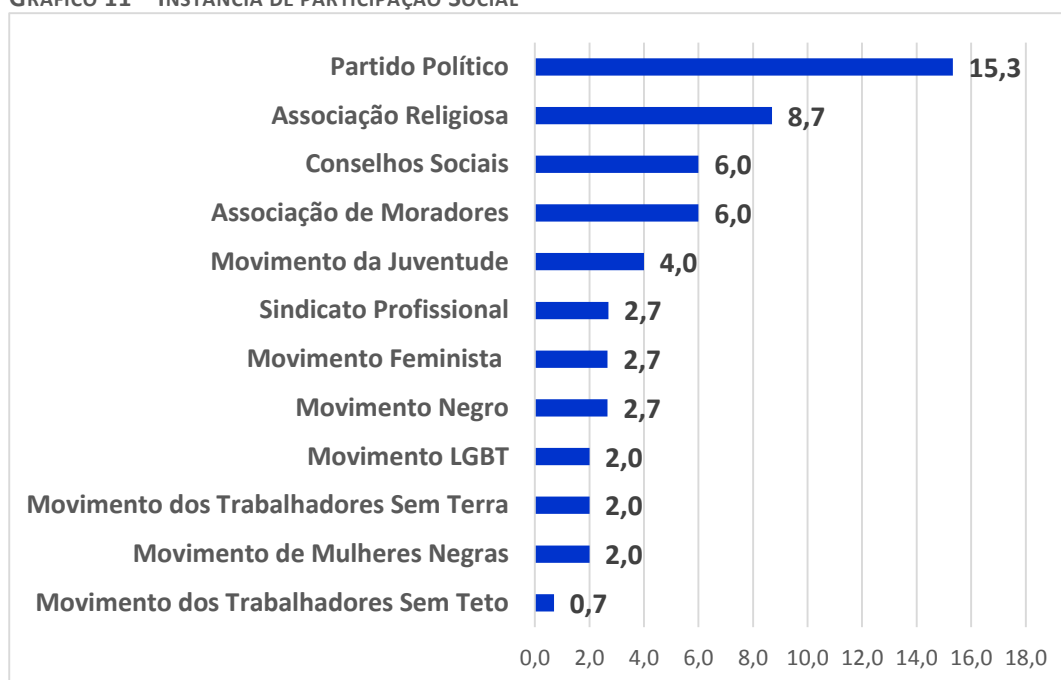


FONTE: Codeplan

Dentre os delegados que informaram participar de algum tipo de associação, partido político ou movimento social, 15,3% relataram participar de partido político, 8,7% participam de associação religiosa e 6,0% dos entrevistados participavam dos conselhos sociais ou de associação de moradores (Gráfico 11). Embora a maioria dos delegados tenha alguma trajetória de participação social em organizações sociais e outras instâncias participativas, observou-se que mais de 40% dos entrevistados relataram não ter um vínculo a esferas da sociedade civil organizada.



GRÁFICO 11 – INSTÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL



FONTE: Codeplan

## Avaliação das deliberações das Conferências de Assistência Social

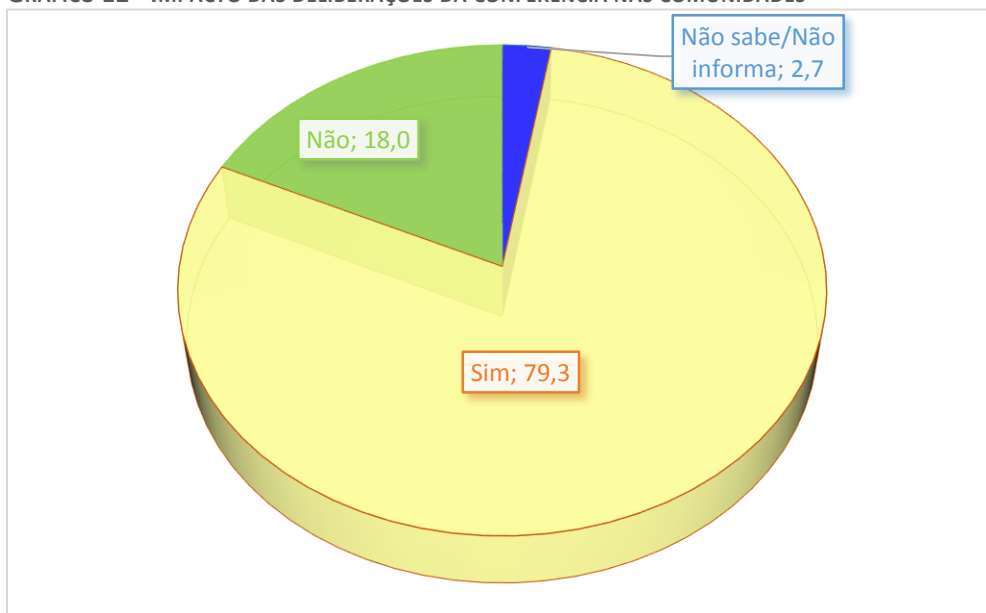
### Impactos na comunidade

Quando questionados sobre os impactos das deliberações da Conferências de Assistência Social, 79,3% dos delegados entrevistados responderam acreditar que estas têm impacto em sua comunidade, demonstrando acreditarem que se está construindo, coletivamente, propostas que serão revertidas em benefícios para sua comunidade.

Destaca-se, no entanto, que 18% dos delegados acreditam que essas deliberações não terão impactos na sua comunidade. Esse ceticismo em relação aos efeitos da Conferência apresenta-se como um sinal de alerta aos órgãos de governo responsáveis pela execução da política e ao conselho de políticas responsável pela aprovação da Política de Assistência Social. Demonstra que embora as pessoas estejam participando do aperfeiçoamento da política, elas ainda não acreditam que essa participação social e mobilização resultará em melhorias no âmbito local.

Outro fato importante que pode demonstrar a importância da mobilização social para obter melhorias no âmbito das políticas públicas é o fato de grande parte dos entrevistados já ter participado de outras conferências, movimentos sociais, associações comunitárias ou partidos políticos. Essas informações sinalizam que os delegados da X Conferência têm uma trajetória de participação social que pode significar uma melhor atuação no controle social das políticas públicas.

GRÁFICO 12 - IMPACTO DAS DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA NAS COMUNIDADES

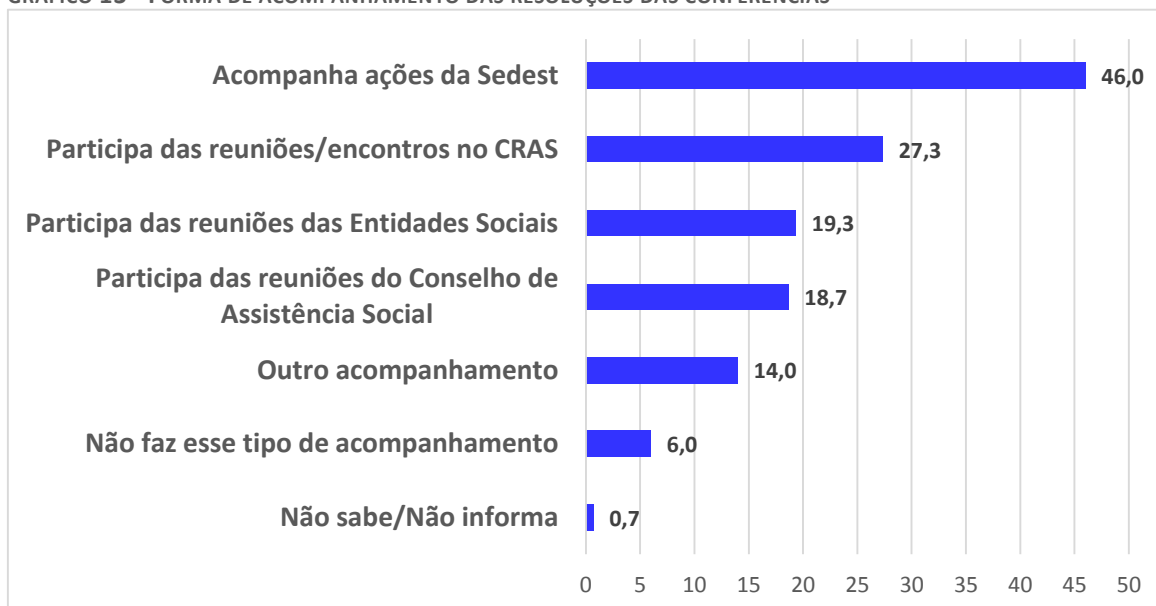


FONTE: Codeplan

### Acompanhamento

Quando se trata do acompanhamento das deliberações finais das Conferências, foi declarado que este é comumente realizado por meio do acompanhamento das ações da SEDEST (46%), seguido por reuniões/encontros dos CRAS (27,3%). É importante evidenciar que na categoria “outras formas de acompanhamento” diversos entrevistados relataram realizá-lo pela internet ou por e-mail. Por fim, são poucos os casos de delegados que informaram não fazer esse tipo de acompanhamento. Esse dado indica que a grande maioria dos delegados dá seguimento ao controle social da política, mesmo após o fim da Conferência (Gráfico 13).

GRÁFICO 13 - FORMA DE ACOMPANHAMENTO DAS RESOLUÇÕES DAS CONFERÊNCIAS



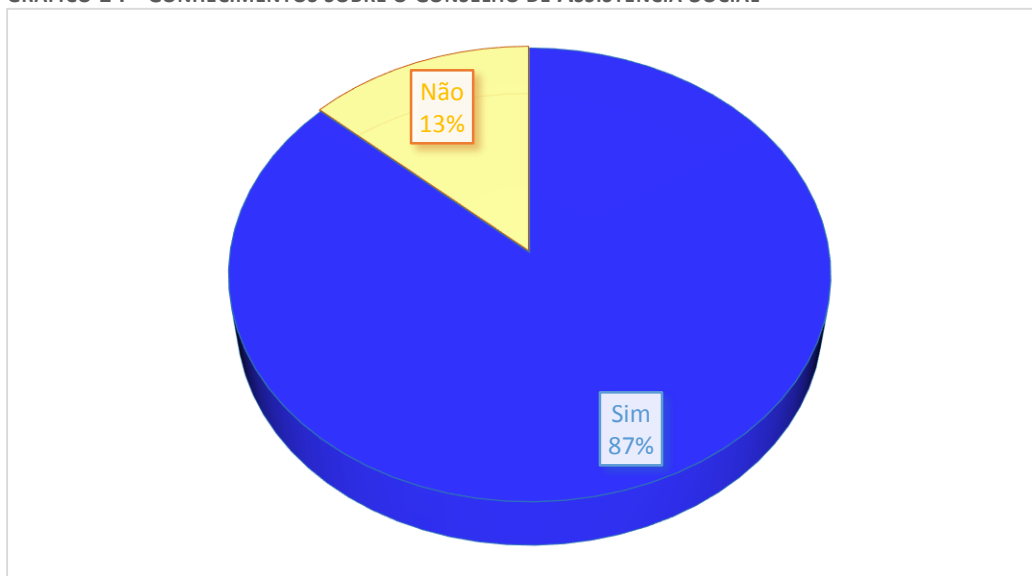
FONTE: Codeplan

## Avaliação e participação no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF)

### Conhecimento sobre o CAS/DF

A grande maioria dos delegados entrevistados, 87%, afirmaram conhecer o Conselho de Assistência Social (CAS/DF). Esse é um dado bastante positivo, pois pode ser um indicativo de interesse sobre as principais instâncias de pactuação da política de assistência social, bem como pode demonstrar a sintonia entre sociedade civil e Estado quanto à eleição de delegados mais qualificados em termos de conhecimento dos temas e nuances da política.

GRÁFICO 14 - CONHECIMENTOS SOBRE O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

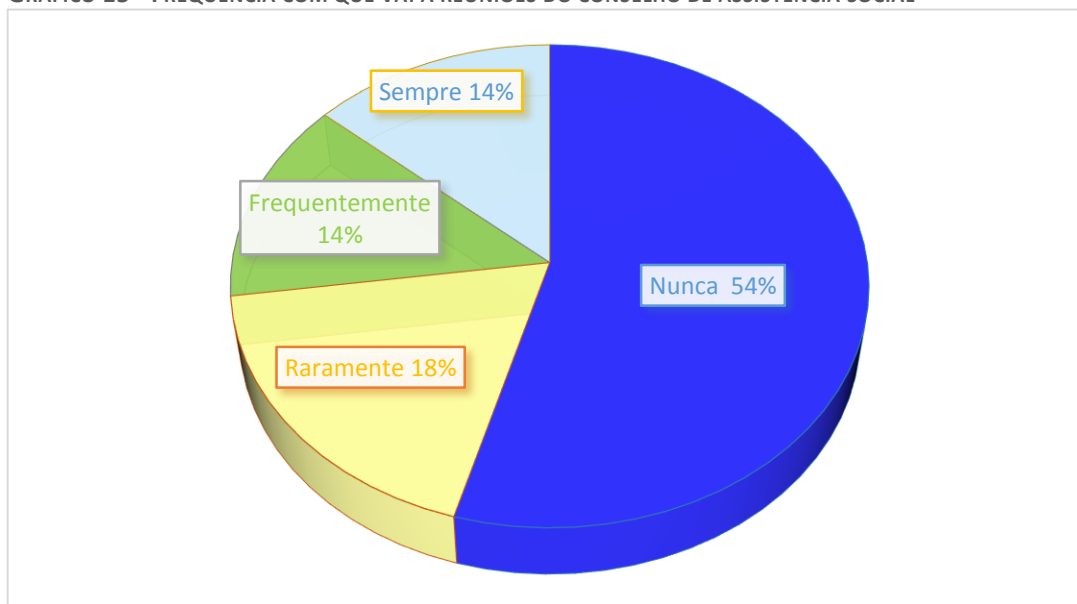


FONTE: Codeplan

### Frequência de participação no CAS/DF

Apesar de grande parte dos delegados conhecer o Conselho de Assistência Social do DF, mais da metade deles informou não participar das suas reuniões. De outra parte, 28% dos entrevistados frequentavam com alguma periodicidade, sempre ou frequentemente, as reuniões. Isto indica que é mais restrito o percentual de entrevistados que possuíam conhecimento mais aprofundado sobre as discussões, as pautas e o processo de deliberação das reuniões do CAS/DF. Observa-se que o Conselho tem uma boa visibilidade entre os delegados da X Conferência, mas ainda não é um espaço que a maioria se sinta atraído a acompanhar e participar.

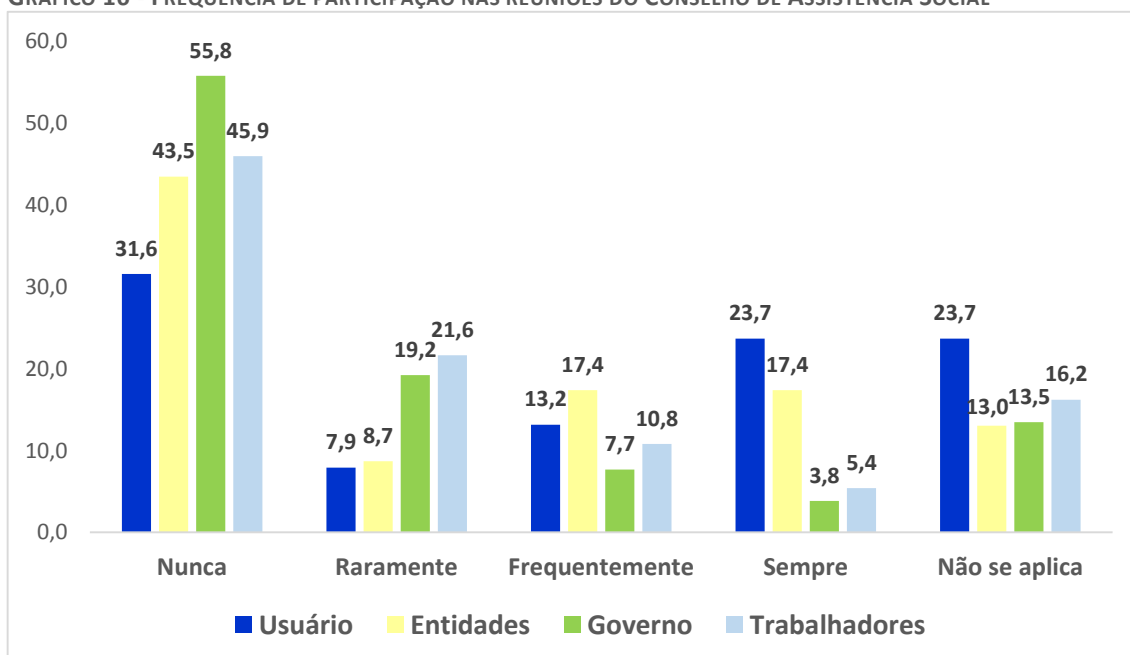
GRÁFICO 15 - FREQUÊNCIA COM QUE VAI À REUNIÕES DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



FONTE: Codeplan

Ao se desagregar a informação sobre participação nas reuniões do CAS/DF por tipo de representação, verificou-se um fato interessante: a participação dos usuários e dos representantes das entidades é percentualmente superior ao dos delegados representantes do governo e dos trabalhadores. Observou-se que, entre aqueles que afirmaram que “sempre” participavam das reuniões do conselho, 23,7% eram usuários. Esse dado demonstra que essas pessoas delegados-usuários são fonte relevante na identificação de novos rumos para a política, sobretudo porque além de acompanharem e fazerem um controle social, são usuários dos serviços socioassistenciais, tendo a real dimensão de como os programas e serviços são implementados nas comunidades. (Gráfico 16)

GRÁFICO 16 - FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

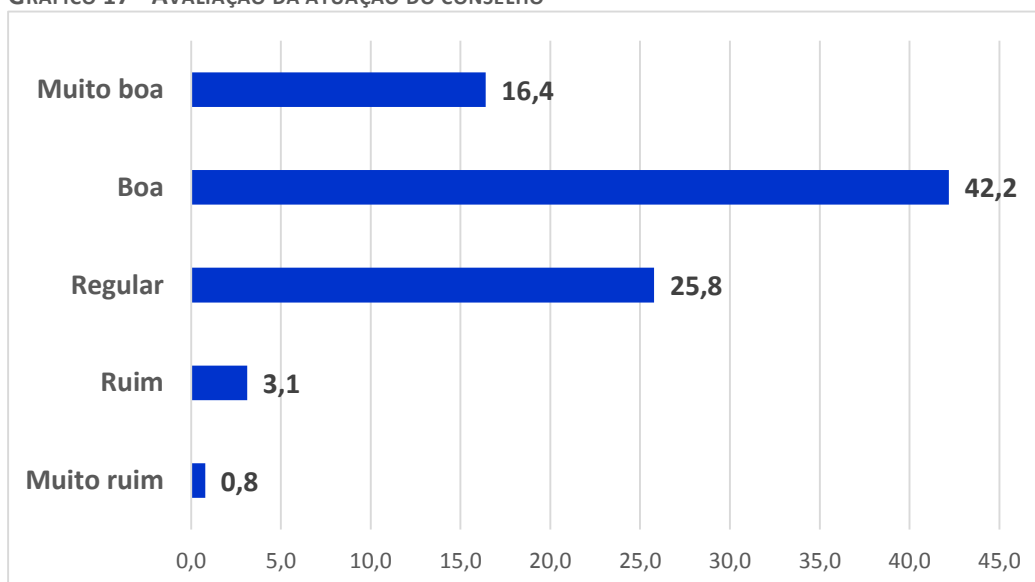


FONTE: Codeplan

## Avaliação da atuação do CAS/DF

Apesar de poucas pessoas frequentarem as reuniões do CAS/DF, a maioria considerava a atuação do conselho como “boa”, sendo que em segundo lugar (25,8%) apareceu a avaliação “regular”. Um percentual pouco menor, 16,4% avaliou a atuação do conselho como “muito boa”. É positivo observar o baixo percentual (3,1% e 0,8%) de entrevistados que avaliaram a atuação do conselho como “ruim” ou “muito ruim” (Gráfico 17).

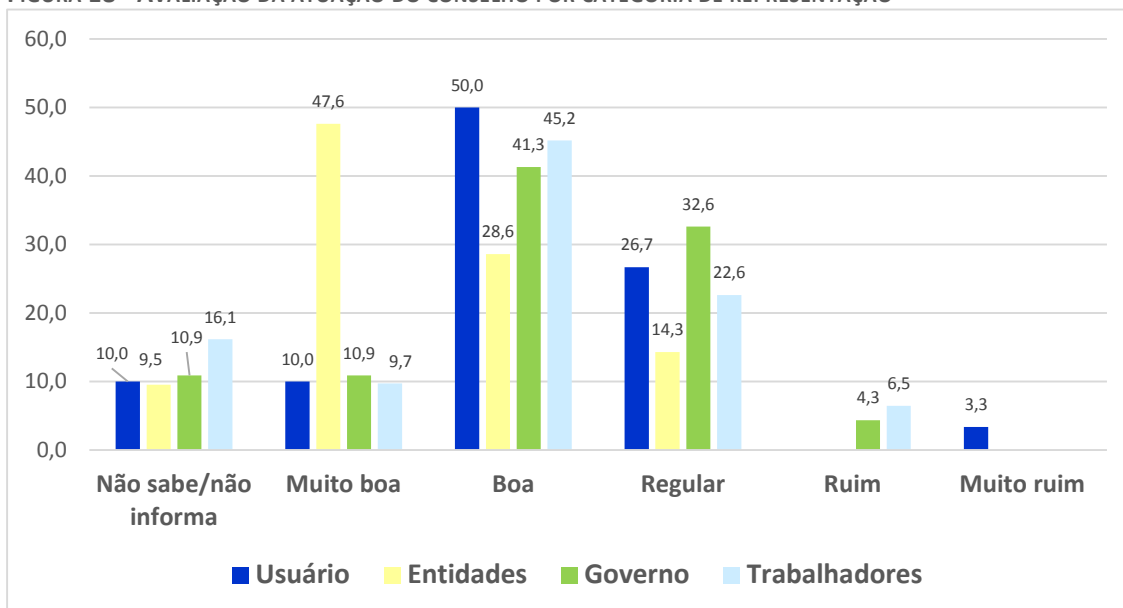
GRÁFICO 17 - AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONSELHO



FONTE: Codeplan

Ao se analisar a avaliação dos entrevistados sobre a atuação do CAS/DF por categoria de representação, observaram-se algumas diferenças importantes. Verificou-se que os usuários e entidades tendiam a fazer melhores avaliações sobre a atuação do Conselho em comparação aos trabalhadores e governo, o que pode ser influenciado pela maior participação dos dois primeiros públicos em detrimento dos dois últimos. Destaca-se que aproximadamente metade (47,6%) dos entrevistados representantes de entidades da sociedade civil avaliaram a atuação do Conselho como “muito boa” e 50% dos usuários avaliaram a atuação do Conselho como “boa”.

FIGURA 18 - AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONSELHO POR CATEGORIA DE REPRESENTAÇÃO



FONTE: Codeplan

## Considerações Finais

A Política de Assistência Social no Brasil e, particularmente, no Distrito Federal, vem sendo construída e aperfeiçoada de forma contínua e participativa por parte da sociedade civil e do Estado. No estudo ora apresentado identificou-se o envolvimento de pessoas de diferentes segmentos na dinâmica coletiva de debates, discussões em busca do consenso em torno do aprimoramento da política em foco.

As delegadas e delegados participantes da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal são principalmente mulheres, que se encontram na faixa etária de 30 a 49 anos. No entanto, vislumbra-se um movimento de renovação e preparação de novas lideranças, em função da significativa representação de adolescentes e jovens, muitos dos quais estudantes. Também destaca-se o percentual de negros, superior àquele encontrado na população do Distrito Federal.

No que diz respeito ao vínculo trabalhista, a maioria é servidor público, o que talvez possa ser justificado pela maior presença de delegados do governo em relação a outros segmentos. Vale ressaltar que o segundo maior grupo de participantes na condição de delegados foi a categoria de usuários, o que demonstra que na X Conferência conseguiu-se garantir a representatividade deste importante ator social. As Regiões Administrativas com maior número de representantes entrevistados foram Taguatinga, Brasília, Gama, Brazlândia, Ceilândia e São Sebastião com mais de 10 delegados presentes.

O estudo demonstra que os entrevistados têm uma trajetória de participação em espaços de interlocução com o Estado para o controle da política pública. Assim, 99% já participaram de outras conferências e 52,7% estão vinculados às atividades de associações, partidos políticos ou movimentos sociais e frequentam com regularidade as reuniões e encontros. No entanto, destaca-se que aproximadamente 40% dos delegados parecem não ter um vínculo com esferas da sociedade civil organizada.

Em relação às deliberações finais votadas e aprovadas na X Conferência, aproximadamente 80% dos entrevistados acreditam que estas terão impacto em sua comunidade. De outra parte, 18% dos delegados demonstram-se céticos em relação à efetiva continuidade do processo iniciado na Conferência. Ou seja, embora tenham participado dos debates, das discussões com direito a voto, e portanto com a real possibilidade de influenciar mudanças, ainda encontra-se nestes delegados uma tendência em

antever os desafios e dificuldades do Estado em fazer as propostas coletivamente arquitetadas saírem do papel.

O Conselho de Assistência Social é importante instância no contexto do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em função do seu caráter participativo e sua competência para acompanhar a execução da Política de Assistência Social e aprovar o seu orçamento. Na pesquisa, identificou-se que 87% dos respondentes conheciam o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF), mas apenas pouco mais de ¼ frequentavam com regularidade as suas reuniões. Vale destacar que, entre estes, os que mais acompanham as reuniões do Conselho são os usuários/beneficiário dos serviços e da política e os representantes de entidades. Porém, ainda que os delegados conheçam o CAS/DF e avaliem a sua atuação como “boa”, eles não se sentem suficientemente atraídos a participar das reuniões dessa instância.

Com base na pesquisa, é possível afirmar que entre as delegadas e os delegados participantes da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal há pessoas com significativa trajetória de participação social e envolvimento em temas não só da assistência social, mas também conexos. Trata-se de uma atuação qualificada na medida em que se conhece, acompanha e atua nas reuniões do CAS/DF e se acredita que se está trabalhando por algo que implicará em uma possível transformação da realidade social no âmbito local. Observa-se um importante sinal de renovação dessa participação com a identificação de representações juvenis. Contudo, não é possível ignorar que, entre os entrevistados, há um grupo cético em relação aos encaminhamentos e aplicabilidade dos resultados da Conferência, reforçando o que se encontra em outros estudos que discorrem sobre os desafios do Estado para dar vida às deliberações construídas a muitas mãos nessas instâncias de participação social.

## Referências Bibliográficas

Rocha, Enid. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**, Anfip, Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras\\_pesquisas/a%20constituio%20ci dad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20ci dad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf) . Acesso em: 08 de novembro de 2013.

De Souza, Clóvis Henrique Leite. Fatores críticos de sucesso na organização de conferências nacionais. **Nota Técnica**, IPEA, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/loas-lei-organica-de-assistencia-social/loas-lei-organica-de-assistencia-social>. Acesso em: 11 de novembro de 2013.

**Resolução nº36 de 13 de junho de 2013**, aprova o Regulamento das Conferências Regionais e da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2013.

IPEA. Relatório de Pesquisa: **Ampliação da Participação na Gestão Pública – um estudo sobre conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2011**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/ipea\\_conferencias/130829\\_re latorio\\_conferencia\\_nacional2003\\_2011.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/ipea_conferencias/130829_re latorio_conferencia_nacional2003_2011.pdf) . Acesso: 08 de novembro de 2011.